

Brasil pede prazo maior em Caracas

Da sucursal de
BRASÍLIA

A reação à presente crise financeira internacional terá de vir, em boa parte, das economias desenvolvidas, mediante a redução das taxas de juro, reativação dos fluxos de empréstimos e aumento de prazo para o pagamento da dívida. Foi essa a posição defendida ontem, pelo Brasil, no encerramento da Conferência Extraordinária sobre Financiamento Externo, em Caracas, patrocinada pelo Conselho Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos (Cies/OEA).

Falando como chefe da delegação brasileira, o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Maílson Nóbrega, ressaltou que, ainda que todos os países latino-americanos apliquem uma grande soma de esforços e decisão política para ajustar suas economias, a crise não será solucionada, porque muitos de seus componentes têm origem nas ações desenvolvidas pelos países industrializados. Por isso, insistiu, "é chegada a hora de um esforço conjunto, como forma de superação da atual crise financeira internacional".

Para enfrentar a crise, disse Nóbrega, o Brasil está realizando um programa de ajustamento, cujos principais objetivos são um decidido combate à inflação, especialmente por meio da redução do déficit público e dos subsídios, e uma redução do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, que permita forte diminuição do ritmo de crescimento do endividamento externo.

O representante brasileiro enfatizou que o programa econômico brasileiro deve acarretar, a médio prazo, duas importantes consequências: aumento da participação do setor privado na economia e elevação dos níveis de poupança interna. Até lá, porém, haverá necessidade de novas medidas de ajustamento para eliminar os componentes da crise. Mas isso, alertou, não é o bastante, porque as economias desenvolvidas devem reagir de forma efetiva à crise, possibilitando aos países endividados condições e prazos para se recuperarem.

Entre os recursos dos países latino-americanos para enfrentar a crise, o Brasil sugeriu a reativação do comércio inter-regional, incluindo os Estados Unidos: "Pelo comércio, virá a expansão da capacidade de pagamentos, a reativação das economias e a redução dos efeitos mais penosos do reajustamento de nossas economias", destacou Maílson Nóbrega.

Disse mais: "A inter-relação apropriada entre uma forma e outra, entre o superávit das nações menos desenvolvidas na balança comercial e seu déficit no balanço de pagamentos, é o que deve orientar as principais medidas para a expansão do comércio entre os dois grupos de nações, as em desenvolvimento e as já plenamente desenvolvidas".

Concluindo seu discurso, o representante brasileiro afirmou que o hiato entre os pequenos saldos comerciais das nações menos desenvolvidas e, por outro lado, os pesados déficits que suportam no balanço de pagamentos precisa ser reduzido. E que, dadas as componentes e as circunstâncias da crise financeira internacional, a redução desse hiato só poderá realizar-se pelo forte aumento do saldo comercial.